

**TWO CRISES OF HISTORICAL CONSCIOUSNESS**  
***DUAS CRISES DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA\****

Peter Burke

Tradução e revisão de  
Sérgio Franklin Ribeiro da Silva\*\*  
e Fernanda Maria Melo Alves\*\*\*

Peter Burke dedica este artigo à veracidade e credibilidade das fontes de informação, paradigma, que se vem prolongando desde épocas antigas, e que continua a preocupar o mundo acadêmico ainda hoje. Embora possa parecer, à primeira vista, dizer respeito apenas aos historiadores, este tema abarca todas as áreas do conhecimento e profissões.

No contexto da Ciência de Informação e áreas afins, os estudos teóricos e a prática científica e investigadora valorizam, prioritariamente, a consulta da fonte de informação primária, qualquer que seja o tipo de suporte utilizado, por se considerar conter a informação original, embora não se menospreze a informação contida em outro tipo de fontes. O autor analisa a possibilidade, os limites e os fundamentos do conhecimento e seus registros, questionados e debatidos ao longo da história humana, e respostas extremamente diversificadas. A vigência do questionamento e reflexão das fontes de informação é importante e oportuna para os docentes, investigadores e profissionais da área da Informação e Documentação, que podem encontrar neste artigo várias práticas e posturas fundamentadas em textos de distintas épocas e temas. Agradecemos ao autor por compartilhar, no presente texto e em outros, preocupações com os que não se acomodam aos paradigmas instalados, cuja inquietação científica obriga à reflexão sobre antigos e novos problemas, característica do percurso científico, cuja necessidade e benefícios são incontestáveis, e que contribui para o desenvolvimento científico individual e coletivo.

---

\* Burke, P. Two crises of historical consciousness, *Storia della Storiografia*, n. 33, p. 3-16, 1998.

\*\* Sérgio Franklin Ribeiro da Silva, doutor em Ciência da Informação, ICI/UFBA, sergiofr@ufba.br.

\*\*\* Fernanda Maria Melo Alves, doutora em Documentação, Universidad Carlos III de Madrid e tradutora. Professora Convidada do PPGCI/UFBA, fmeoa2@hotmail.com.

## 1 DUAS CRISES DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

É possível conhecer o passado? É possível dizer a verdade sobre "o que realmente aconteceu", ou os historiadores são como os romancistas, criadores de ficções? Estes são temas que marcam a década de 90, tanto dentro como fora da profissão de historiador, conquanto sejam perguntas às quais pessoas diferentes dão respostas extremamente diversificadas. Algumas pessoas descreveriam esta situação como uma das "crises" epistemológicas. Se o termo "crise" for utilizado em um sentido preciso, para se referir, não a qualquer período conturbado da história, mas a um curto intervalo agitado, provocando uma mudança significativa ou estrutural. Então, talvez seja ainda um pouco cedo para afirmar se estamos ou não passando por uma crise. Teríamos que estar fora da crise, antes de sabermos se estamos dentro dela. No entanto, a agitação é bastante óbvia, o que tem levado, como habitualmente nas crises, a numerosas oportunidades para se "repensar a história".

Um dos objetivos deste artigo é sugerir que seria imprudente estudar filosofia ou teoria da história (na acepção de reflexões sobre a finalidade e o método da palavra ou escrita histórica), isolada do estudo da historiografia. Afinal, as perguntas constantes do parágrafo inicial não são questões novas. Foram discutidas, pelo menos, com igual inquietação, entusiasmo e inflamação, no final do século XVII. Visando colocar em perspectiva, os problemas do final do século XX, como os historiadores costumam dizer, e para lhes dar certo destaque, inicia-se este artigo descrevendo e analisando a variante do século XVII do debate sobre o conhecimento histórico. A segunda parte retorna ao presente, para as discussões atuais da história, como fato ou como ficção.

A possibilidade, os limites e os fundamentos do conhecimento histórico at - como outras formas de conhecimento - têm sido questionadas e debatidas, pelo menos desde o tempo dos gregos antigos, embora de forma mais intensa durante alguns períodos ou momentos, do que em outros. Um desses momentos foi a época de Pirro de Elis (c.360-270 aC). Outro foi o século II dC, o período de Luciano, ao qual pertenceram os historiadores de paródias da *True Story*, como Heródoto e Tucídides, e de contos de viajantes<sup>2</sup>.

Outra época foi o século XVI, quando os textos dos cétricos clássicos foram redescobertos. Tomemos por exemplo, o famoso pregador e o moralista espanhol Antônio de Guevara que escreveu uma biografia semi-ficcional do imperador Marco Aurélio. Quando Guevara foi criticado por inventar detalhes históricos, defendeu-se, alegando que, tanto das

histórias seculares, quanto das pagãs não temos a certeza se alguns [historiadores] contam mais ou menos verdade do que outros<sup>3</sup>.

Do mesmo modo, o renascentista e sábio Heinrich Cornelio Agripa, em sua *Vanity of the Sciences*, rejeitou a história como não confiável, por ser sempre tendenciosa. Mais tarde, neste mesmo século, Sir Philip Sidney defendeu a sua poesia dos críticos. Atacou a história, desacreditou o historiador London, “carregado com velhos registros meio comidos por ratos”, que se baseava em boatos notáveis<sup>4</sup>. Os meados do século XVII foram um momento em que a possibilidade, o limite e os fundamentos do conhecimento histórico assumiram um debate bastante vigoroso, especialmente, mas não exclusivamente, na França. A crise de consciência do século XVII, tão vividamente descrita, há sessenta anos, por Paul Hazard, incluiu uma crise “de consciência histórica”<sup>5</sup>.

Três filósofos franceses, em particular, desempenharam um papel importante na histórica articulação do debate sobre o conhecimento histórico, ou como era conhecido no momento, sobre o pirronismo “histórico”. René Descartes, em um breve, mas contundente comentário, incluído em seu *Discourse on Method* (1637), descartou os escritos históricos, por serem enganosos devido ao seu estilo grandioso<sup>6</sup>. François La Mothe Le Vayer dedicou um livro ao problema da “incerteza da história” na obra - *Du peu de certitude qu'il ya dans l'histoire*. O debate foi ainda mais vigoroso na época de Pierre Bayle, embora tenha feito eco no século XVIII, já na época de Voltaire<sup>7</sup>. Para resumir este debate, talvez seja mais útil concentrarmos-nos nos argumentos, do que nos princípios individuais, atacando o conhecimento histórico – tal como o caso da promotoria que ataca a defesa.

Os pirrônicos tinham dois argumentos principais. O primeiro era sobre o viés ou parcialidade, o segundo sobre a falsificação. “Viés” é uma metáfora esportiva, derivada do jogo de taças, uma corrida acadêmica comum na Inglaterra do século XVII, cujo termo foi aplicado para os desvios na direção certa, tanto na política, como na religião. O cerne da metáfora estava em sugerir que, tanto as nossas paixões como os nossos interesses nos impedem de ver Além do nosso nariz - quer seja uma igreja, uma nação ou um partido político. De mesma maneira, o estudioso francês Gabriel Naudé argumentou que os historiadores, “excetuando os muito heróicos”, nunca descrevem as coisas tal como são [*ne nous les choses representent jamais pures*], mas distorcem-nas e mascaram-nas, conforme a imagem que desejam projetar [*et les inclinent, masquent selon leur visage le qu'ils veulent prendre*]<sup>8</sup>.

La Mothe Le Vayer tinha muito a dizer sobre o problema do viés, parcialidade ou interesse. Qual seria a nossa imagem das guerras púnicas hoje, indagou La Mothe retoricamente, se só tivéssemos acesso aos relatos do ponto de vista cartaginês ou do romano? Como pareceriam hoje as guerras gaulesas, se fosse Vercingetorix e não César o único a escrever seus relatos<sup>9</sup>? Como aconteceu tantas vezes durante este período, a preocupação com exemplos modernos reforça a citação dos antigos, e La Mothe, por exemplo, estava preocupado com o viés de historiadores espanhóis em suas considerações sobre as guerras com a França.

Pierre Bayle expressou opiniões semelhantes, o que gerou discussão posterior sobre o problema de viés, ocasionada pela publicação de uma história do Calvinismo escrita por um ex-jesuíta, Louis Maimbourg. Sugeriu que os mesmos fatos podem ser usados, da mesma maneira, tanto para escrever um elogio ou uma sátira, um panegírico ou um pasquim. Por isso, Bayle afirmou que quase nunca lia historiadores para se informar sobre o que aconteceu no passado, mas apenas para descobrir “o que se diz em cada país e em cada um dos lados”. Em outras palavras, o que lhe interessava particularmente num historiador eram exatamente seus Preconceitos<sup>10</sup>.

Portanto, Voltaire não disse nada de novo, acrescentou um pouco mais a um século de debates, quando escreveu seu ensaio Historical Pyrrhonism (1769). Ele até usou o exemplo de Roma e de Cartago de La Mothe. “Para julgar de forma justa”, comentou, seria necessário ter acesso aos arquivos familiares de Aníbal. Sendo Voltaire, não podia deixar de desejar que ele também pudesse consultar as memórias de Caifás e de Pôncio Pilatos<sup>11</sup>.

O segundo argumento principal do pirronismo era ainda mais grave. Alguns historiadores foram acusados não apenas pela sua parcialidade, mas também pela sua credibilidade. Foram acusados de fundamentar as suas narrativas do passado em documentos forjados e de aceitar a existência de personagens e eventos, que eram pura invenção.

Exposições de documentos falsificados não eram incomuns na Renascença. A crítica do humanista romano Lorenzo Valla, da chamada “Doação de Constantino”, é apenas a mais famosa de um conjunto delas<sup>12</sup>. Na verdade, o termo “crítica” entrou em uso no final do século XVI para se referir, particularmente, aos temas aqui expostos. No entanto, as críticas do século XVII foram mais profundas por contestarem a credibilidade de muitos mais textos, incluindo alguns dos mais fundamentais, tanto para as tradições clássicas como para as cristãs.

Por exemplo, duas narrativas famosas da guerra de Tróia, do ponto de vista rival, consideradas mais velhas que as de Homero e atribuída a Dares, o frígio, e a Dictys, o cretense, foram recusadas, mais tarde, como espúrias falsificações. Os chamados "escritos herméticos", atribuídos ao sábio egípcio Hermes Trimegistos, tiveram destino idêntico. Do mesmo modo, foram recusadas as cartas de Faláris, um tirano grego, sobre a história de Cartago, atribuídas a Sanchoniathon, e até mesmo os registros dos magistrados e dos pontífices da Roma antiga. Entre todos os argumentos defensores [desta posição], o mais poderoso foi o do "anacronismo" (uma palavra nova no século XVII), que incluía a linguagem dos documentos forjados e as referências a eventos, que os supostos autores poderiam não ter conhecido.

Segundo estes critérios, partes da Bíblia foram contestadas. O mesmo aconteceu a alguns textos, anteriormente atribuídos aos padres da Igreja. Alguns documentos medievais também foram postos em dúvida, incluindo decretos papais e cartas régias, emitidas pelos reis merovíngios, e sagas islandesas. Um jesuíta francês, chamado Jean Hardouin, chegou ao ponto de alegar que a maioria dos textos clássicos eram falsificações. Hardouin, que agora seria diagnosticado como paranoico (precisamente por acreditar em uma conspiração para forjar textos), pode ter sido uma forma para solucionar o problema. No entanto, ele foi apenas um exemplo extremo de uma tendência geral, que combinava as dúvidas já expressas sobre muitos desses documentos, como a adição de algumas próprias<sup>13</sup>.

O exemplo de Hardouin mostra claramente como essas contestações específicas podem ter um efeito acumulativo. Não é à toa que a palavra "crítica" se tornou um termo mais geral, um modismo, no final do século XVII e princípio do XVIII. Um sinal da mudança foi a abundância do adjetivo "crítico" em títulos de livros, ou que, em 1700, um estudioso tenha descrito seu próprio tempo como a época "do criticismo". Uma crescente quantidade, do que havia sido geralmente aceito como história verdadeira - a fundação da antiga Roma por Rômulo, por exemplo, a vida de certos santos, ou a fundação da monarquia francesa por Pharamond - foi descartada e classificada como invenção, como mito. Pharamond e Romulo existiram de fato? E Enéias, esteve algum dia na Itália? A história pagã é confiável? Seria possível saber alguma coisa, com absoluta certeza, sobre os primeiros quatro séculos da história de Roma<sup>14</sup>?

Seguindo os passos de Descartes e sua dúvida sistemática, alguns estudiosos foram ainda mais longe, pelo menos em seus pensamentos-experimentos. Augusto existiu

realmente? Perguntaram eles. E que pensar do imperador Carlos V, existiu mesmo? O cerco de La Rochelle aconteceu realmente? Afinal, a história é algo mais do que um romance?

Levantadas todas estas dúvidas, é pouco improvável não se perceber que a relação entre história e ficção foi analisada com particular interesse durante esse período. Para alguns historiadores, a distinção era clara, e, considerar um colega como um escritor de romances [romanos] era para eles uma forma de rejeitar seu trabalho. Desta maneira, Scot Gilbert Burnet, com senso comum exagerado, condenou o historiador francês Varillas, porque seus livros tinham características muito acentuadas de “romance”, sendo denunciado, por sua vez, exatamente pelo mesmo erro<sup>15</sup>. Um revisor de uma revista erudita rejeitou as memórias do Cardeal de Retz, dizendo que se tratava de “*un ouvrage plus romanesque qu’historique*”<sup>16</sup>.

Exemplos deste tipo de crítica poderiam ser múltiplos, porém é mais interessante observar a desvalorização que fizeram dos historiadores, [afirmando] que, afinal de contas, todos têm alguma coisa a aprender com os romancistas. Deste modo, Louis Maimbourg, o homem cuja história do Calvinismo provocou a crítica de Bayle, tentou garantir que a sua maneira de escrever a história daria aos seus leitores “*le plaisir d’un roman*”, enquanto Gottfried Wilhelm Leibniz desejava “*un peu du roman*”, em escritos históricos, especialmente, quando se discutiam as razões<sup>17</sup>.

Por seu lado, escritores de ficção foram-se aproximando da história. O final do século XVII viu a ascensão do romance histórico, na acepção de que um romance não é apenas um conjunto de fatos do passado, mas oferece suas próprias interpretações dos eventos históricos. Os exemplos mais famosos foram escritos pelo abade de Saint-Réal, pertencentes a Dom Carlos, e publicados em 1672, que se referem à morte do filho de Filipe II de Espanha, levando o subtítulo “*nouvelle historique*”, um termo novo, que logo se tornou moda na França<sup>18</sup>.

Pierre Bayle, apesar da sua atitude crítica, apreciava Dom Carlos e outros romances históricos da época. Por outro lado, não gostava da “precipitação” de alguns escritores, que publicavam o que afirmavam ser *memóires*, mas que eram, na verdade, invenções - Mémoires de la vie de Henriette-Sylvie de Molière, Mémoires de M. d’Artagnan, e outras<sup>19</sup>. Foi, no entanto, o Mémoires de M. d’Artagnan, que inspirou Alexandre Dumas. As invenções históricas do final do século XVII, incluem as memórias das irmãs Mancini, uma das quais foi cortejada por Louis XIV. A moda era, sobretudo, intensa na França, mas espalhou-se para outros países, sendo óbvios alguns exemplos ingleses, as Memoirs of a Cavalier (1720) e o

Journal of the Plague Year (1722), sendo este último concluído com documentos oficiais e estatísticas, para produzir o que os críticos modernos chamariam um “efeito mais forte da realidade”.

Por que este tipo de invenção se tornou um modismo nessa época? Foi o lado oposto da moeda da crítica histórica. Os inventores apresentaram a mesma consciência do anacronismo tal como os críticos. O novo gênero dependia de verossimilhança das habilidades específicas, que os estudiosos usavam para expor falsificações.

Mas por que se desenvolveu o ceticismo nesse momento, em particular? Há um número de explicações possíveis. O pirronismo histórico, claramente dependente da dúvida sistemática de Descartes e de seus seguidores. Todavia, responsabilizar os filósofos franceses por esse movimento, é como culpar Voltaire e Rousseau pela Revolução Francesa. A ascensão do pirronismo fazia parte de um conjunto complexo de mudanças culturais.

A descoberta de falsificações, por exemplo, dependia do avanço de técnicas filológicas. O crescimento de jornais no final do século XVII pode muito bem ter contribuído para a ascensão do ceticismo, uma vez que estes permitiram aos leitores acesso a diversas, e até contraditórias, narrativas dos mesmos eventos recentes.

Quanto à consciência do viés ou parcialidade, foi sem dúvida estimulada pelos conflitos religiosos da época, nos quais cada lado desmascarava os preconceitos existentes nas histórias de seus oponentes. Bayle, por exemplo, formulou suas ideias sobre o viés em reação a uma história do calvinismo, publicada com o objetivo de justificar a campanha de Louis XIV contra os protestantes franceses. Mesmo o ceticismo patológico de Jean Hardouin pode estar relacionado com conflitos religiosos, católicos *versus* protestantes e, especialmente, jesuíta contra jansenista, uma vez que Jansen e seus seguidores se apoiaram nos escritos de Santo Agostinho. Nesse momento, Hardouin “começou a cheirar sinais de fraude”, como ele dizia, em “Agostinho e seus contemporâneos”, antes de estender seu ceticismo novamente para os textos clássicos<sup>20</sup>.

Como foi que os historiadores sobreviveram à crise do século XVII? Tinham que encontrar uma resposta para os céticos ou então abandonar o assunto. De fato, encontraram uma resposta, ou para ser mais exato, encontraram um número de respostas diferentes, as quais, juntas, permitiram o que se costuma chamar a “reabilitação” da história<sup>21</sup>.

Uma saída para a crise acabou sendo um beco sem saída. Esta saída estava consubstanciada no método geométrico, tão prestigiado no final do século XVII. Tal fato

pode ser ilustrado por dois exemplos. O primeiro refere-se a um bispo francês, Pierre-Daniel Huet, que tentou estabelecer a verdade do cristianismo, com base em “axiomas”, tais como: todo o trabalho histórico é verídico, se contar o que aconteceu da mesma maneira como é contado em muitos livros contemporâneos, ou mais ou menos contemporâneos aos acontecimentos narrados<sup>22</sup>.

Um segundo exemplo vem do trabalho de um teólogo escocês, John Craig, um conhecido e seguidor de Isaac Newton, que formulou as regras de evidência histórica no modelo de axiomas e teoremas. Infelizmente, esses axiomas e teoremas, como os de Huet, acabaram tornando-se um tanto banais, usando a linguagem da matemática e da física para reafirmar lugares comuns, como por exemplo, o princípio de que a confiabilidade das fontes varia com a distância entre a testemunha e o evento registrado<sup>23</sup>.

Mais produtiva e mais útil foi a crítica de documentos, que teve um aspecto positivo e um negativo. Respondendo ao jesuíta Papebroch, que questionou a autenticidade das cartas régias do início da França medieval, o grande estudioso beneditino Jean Mabillon produziu um tratado, *De re diplomática*, discutindo os métodos de datação de tais documentos pelo estudo da sua escrita, suas fórmulas, seus selos e assim por diante, mostrando, desta forma, como podem ser descobertas suas falsificações e reivindicada a autenticidade de outros documentos<sup>24</sup>. Não houve uma resposta única e definitiva para Ardouin, como a que houve para Papebroch, e, talvez, nem houvesse necessidade de uma, mas Jean Le Clerc produziu um manual útil, a *Ars critica*, que definiu as regras da crítica textual, clássica e bíblica<sup>25</sup>.

Outra resposta aos cétricos foi a ênfase da confiabilidade relativa das evidências da cultura material, especialmente no que se refere às inscrições, moedas e medalhas. Neste campo, Hardouin não era um cétrico, mas um entusiasta, que acreditava que a única maneira de se estabelecer uma cronologia satisfatória da história antiga era confiar mais nas moedas do que nos escritores antigos. Inscrições, moedas e medalhas poderiam, naturalmente, serem forjadas, mas as regras para a detecção de tais falsificações poderiam ser aplicadas, como foram, por exemplo, pelo estudioso italiano Scipione Maffei, no século XVIII, em sua arte “da crítica de inscrições”<sup>26</sup>. Deste modo, o debate com os cétricos não foi intencional, mas teve uma consequência extremamente importante no encorajamento dos historiadores, incentivando-os a fazerem uso, cada vez mais, de fontes não literárias, não apenas sobre a história antiga, mas também sobre a Idade Média<sup>27</sup>.

Pode-se considerar interessante o argumento sobre parcialidade, até mesmo quando existiu o que pode ser chamado de uma defesa do “senso-comum” contra os céticos. Por exemplo, Pierre Bayle, devolvendo com uma mão o que havia tirado com a outra, sugeriu que, examinando as circunstâncias com cuidado, era possível descobrir calúnias. Uma vez mais, Gilbert Burnet distinguiu o viés “natural” (parcialidade) de historiadores que defendem seu próprio interesse, das técnicas ilegítimas de caluniadores, como Varillas.

Outra resposta ao desafio do pirronismo foi o que se tem chamado a “reabilitação do mito”, associada, particularmente, a Giambattista Vico. O início do século XVIII foi um momento em que o significado dos mitos gregos, e outros, foram discutidos com um novo interesse. Vico era um cético no sentido de que considerava todas as narrativas da origem das nações como duvidosas, além das dos judeus. No caso de Roma, por exemplo, era impossível saber o que aconteceu antes da segunda guerra púnica. Por outro lado, Vico era um anticético ou um “crítico do criticismo”, porque acreditava ser possível ler mitos nas entrelinhas e usá-los para escrever a história dos costumes e idéias. Ele compreendia o mito como evidência das mentalidades, como Bayle considerava os historiadores como evidência de preconceito. Esta era a “nova arte da crítica” que, segundo Vico, foi um dos sete aspectos de sua New Science<sup>28</sup>.

Baseando-se nesses estudos especiais, uma série de refutações gerais do pirronismo histórico apareceu no final dos séculos XVII e início do XVIII, especialmente na Alemanha, mas também na França, Inglaterra e Países Baixos (na Espanha, apesar dos precedentes da Renascença, o padre Feijó foi o único colaborador)<sup>29</sup>.

O argumento-chave contra os céticos foi sobre os “graus de aprovação”, apresentado por John Locke, no seu quarto livro Concerning Human Understanding (1690). Respondendo a Descartes e seus seguidores, Locke argumentou que algumas afirmações históricas são mais prováveis do que outras e que algumas não podem ser negadas, em um ponto de vista sensato. Quando determinado aspecto é de fato atestado pelo depoimento oposto de um testemunho ilibado, então a nossa concordância é... inevitável. Tão certo como há uma cidade na Itália chamada Roma, que há cerca de 1700 anos vivia nela um homem, chamado Júlio César, que era um general, e que venceu uma batalha contra outro general chamado Pompeu.

Talvez o mais interessante das muitas refutações do pirronismo seja a feita por um conhecido de Leibniz. Seu nome era Friedrich Wilhelm Bierling e era professor na Universidade de Rinteln. Como Locke, Bierling assinalou graus de certeza ou probabilidade na história, três ao todo, a máxima (que Júlio César existiu), a de nível médio (as razões para a

abdicação de Carlos V) e a mínima (o problema da cumplicidade de Mary, Rainha dos Escoceses, no assassinato de seu marido, ou dos planos de Wallenstein, nos meses anteriores ao seu assassinato). O uso de exemplos modernos torna sua discussão ainda mais viva.

A discussão de Bierling sobre os obstáculos para se chegar à verdade histórica faz diferença, incomum para sua época, quando os documentos, bem como as fontes literárias, possam ser tendenciosos, como no caso dos registros judiciais de julgamentos de bruxaria do século XVII. No entanto, ele argumentou que os historiadores podem usar documentos sem acreditar em nada do que eles contêm<sup>30</sup>.

Em meados do século XVIII, no mais tardar, pôde-se dizer que a crise da consciência histórica fora resolvida, à custa de certas mudanças nos padrões do realismo histórico. A contribuição de Voltaire ao debate veio tarde demais para ser útil. Seguiram-se dois séculos, ou mais, durante os quais, muitos dos melhores historiadores, combinando o que podia ser chamado de um sentido agudo de “ceticismo local” sobre fontes especiais, com uma confiança generalizada em sua capacidade em alcançar, que o estudioso inglês, John Selden, chamou uma vez “o santuário da verdade”. Até o filósofo David Hume pôs seu ceticismo de lado, quando se mudou da filosofia para a história. A fronteira entre história e ficção, uma vez aberta, foi-se fechando gradualmente. Leopold von Ranke, o pai da história científica dedicou-se a um tipo de escrita histórica sobre o passado e Sir Walter Scott, a outros tipos.

## II

Hoje, no entanto, estamos vivenciando uma nova crise de consciência histórica. Não a mesma crise; porque não há um retorno circular na história intelectual. Se a primeira crise estava vinculada ao surgimento da modernidade e da filosofia cartesiana, a segunda está ligada à pós-modernidade e à crítica aos pressupostos cartesianos<sup>31</sup>. A história pós-rankeana não pode ser igual à história pre-rankeana.

A segunda crise, de fato, apresenta muitas das características da primeira, embora os líderes, em debate nessa nova arena, pareçam não ter consciência desse paralelismo. Os novos filósofos franceses, notadamente, Michel Foucault, Jacques Derrida e Jean-François Lyotard, enfraqueceram os fundamentos da narrativa histórica contemporânea, assim como Descartes desvalorizou anteriormente as famosas (grandes) narrativas de historiadores humanistas<sup>32</sup>. Alguns estudiosos debatem se os documentos secretos, como os diários de Hitler, são

verdadeiros ou falsos. Algumas pessoas, nem todas neonazistas, chegam ao ponto de negar a existência de eventos históricos marcantes, como o Holocausto<sup>33</sup>. Para a inquietação dos bibliotecários e não só eles, a fronteira entre história e ficção abriu-se novamente.

Pode valer a pena recordar alguns exemplos recentes, bem conhecidos, da “transgressão dessa fronteira”, como costuma ser definida. Umberto Eco oculta textos autênticos medievais em seu romance, The Name of the Rose (1980), que ele afirma serem a transcrição de uma crônica medieval. A Schindler's Ark de Thomas Keneally (1982), agora mais conhecida na versão cinematográfica, como a Schindler's List, atreve-se a usar a forma e os dispositivos de um romance para contar uma história verdadeira (Keneally não tem dúvidas sobre a veracidade do Holocausto). Mario Vargas Llosa inventou um historiador, ou aspirante a historiador, realizando pesquisa sobre a vida de um guerrilheiro trotskista, Alejandro Mayta, para chegar apenas à conclusão de que 'história real' é em si mesmo, “efetivamente” um romance<sup>34</sup>. Hawksmoor de Peter Ackroyd (1985) imita Daniel Defoe ao inventar o que parece serem documentos históricos.

Por outro lado, Dead Certainties (1990) do historiador Simon Schama parece uma imitação de Peter Ackroyd, ao criar uma narrativa no século XVIII sobre a morte do General Wolfe. Schama descreve seu livro como “uma obra de ficção que narra acontecimentos históricos” (comparando a sua alegação com a de Keneally, encontramos que, dos dois, é o romancista que se considera mais próximo do historiador tradicional). A Vanishing Library (1987) do antigo historiador Luciano Canfora é, obviamente, inspirado por Eco e por Jorge Luis Borges em seus relatos da biblioteca de Alexandria e a sua destruição. Isso quer dizer que a velha barreira entre história e ficção está em colapso.

O problema relacionado com o viés também voltou de uma forma mais radical, como a questão da construção discursiva da realidade e do papel do investigador na criação do objeto de investigação. E quem é o La Mothe Le Vayer ou o Pierre Bayle do nosso tempo? Um candidato óbvio para o título (para além de Foucault, Derrida e Lyotard) seria o historiador americano Hayden White, que vem discutindo, desde os anos 1970, o que ele chama de “as ficções da representação factual”<sup>35</sup>.

Regressando a Monsieur Varillas, Monsieur de Saint-Réal e Signore Leti, somos tentados a dizer que hoje tudo é perdoado, e tudo é permitido. Qual é de fato o diagnóstico da situação atual, oferecido por alguns historiadores, como Gertrude Himmelfarb, por exemplo, em um artigo publicado no Times Literary Supplement, em 1992? Neste artigo, intitulado “Telling

It As You Like It: Postmodernist History and the Flight from Fact”, Himmelfarb apresentou uma crítica a Hayden White e aos historiadores, que supostamente seguiram na sua esteira, e de Jacques Derrida, acusando-os de abandonarem o princípio de realidade e substituírem-no pelo princípio do prazer, de “a negação da fixidez do passado, da realidade do passado para além do que o historiador escolhe fazer dele”. De maneira semelhante, uma década depois ou mais cedo, o falecido Arnaldo Momigliano afirmou que Hayden White “eliminou a busca da verdade como a principal tarefa do historiador”<sup>36</sup>. Tem havido uma série de debates deste tipo recentemente, em que os representantes da história tradicional rejeitaram uma nova tendência em bloco.

Estas críticas extremamente gerais dos recentes desenvolvimentos intelectuais são uma reminiscência de algumas denúncias do século XVII, do veneno da pirronismo, que agrupam René Descartes, Pierre Bayle, Jean Hardouin, e outros, em vez de distinguir as diferentes posições. Hoje, necessitamos outra vez de distinções, e pode ser útil falar de, pelo menos, três divergências entre os historiadores tradicionais e seus críticos. 1. Em primeiro lugar, os conceitos e categorias utilizadas pelos historiadores - ”feudalismo”, “maneirismo”, “absolutismo”, etc. -, já não parecem tão firmes como antes. Eles estão se dissolvendo, ou mais precisamente, são cada vez mais claramente reveladores, dos sinais dos tempos em que foram inventados, em vez dos tempos a que se deveriam referir. Como a beleza barroca, parece estar tanto no olho do observador, como na obra de arte em análise. O grande historiador F.W. Maitland comentou uma vez, brincando parcialmente, que o sistema feudal foi introduzido na Inglaterra não por William, o Conquistador, mas pelo historiador Sir Henry Spelman. Hoje, uma observação deste tipo dificilmente provoca um sorriso. Termos como ”feudalismo” são regularmente discutidos como construções ou “representações”. Levando este argumento um pouco mais longe, sugere-se, às vezes, que os historiadores inventaram, em vez de descobrir seus objetos e estudo.

As categorias contemporâneas, bem como as categorias de historiadores, consideram-se cada vez mais frágeis e fluidas. Vejam o que aconteceu com a ideia de ”tradição”, que Eric Hobsbawm descreveu como uma “invenção” há alguns anos<sup>37</sup>. Também algumas nações, como a Argentina e a Escócia, têm sido descritas como “invenções”<sup>38</sup>. Classes sociais, como as castas indianas e as tribos africanas, são consideradas cada vez mais como “construções discursivas”, por outras palavras, são consideradas como fatos linguísticos, e não fatos sociais, que moldam a realidade social, em vez de refletir sobre ela<sup>39</sup>.

2. Em segundo lugar, há a alegação de que - mesmo quando não estão à mesa, inventando suas categorias - os historiadores não podem observar o passado, por estarem com um olhar inocente de preconceito porque, como todo o mundo, são os prisioneiros de seu ponto de vista', por outras palavras, estereótipos, suposições ou mentalidades de seu próprio tempo, lugar e grupo social (incluindo, é claro, seu gênero). A ascensão da história a partir de baixo e da história das mulheres provocou a conscientização do problema do ponto de vista, de forma mais aguda. O debate semelha-se ao debate do século XVII sobre preconceito e vai muito mais longe. Sociólogos e antropólogos foram-se orientando na mesma direção, tomando maior consciência sobre o que é conveniente chamar "etnocentrismo".

Mais radical ainda, a própria experiência chega a aparecer cada vez mais como uma construção. Houve um tempo em que romancistas como Stendhal e Tolstói chocariam os seus leitores ao descrever eventos como as batalhas de Waterloo e Borodino, de forma fragmentada e caótica. Na era da televisão, por outro lado, acreditamos como correto que é exatamente assim como nós experimentamos eventos, como são mostradas depois a sua coerência e permanência pelos meios de comunicação.

3. Isso traz-nos em terceiro lugar, a chamada crise "das representações". Os críticos acusam os historiadores tradicionais com a perceber que a forma não literária não é mero ornamento exterior, mas tem o seu próprio conteúdo. Assim comentou anteriormente Hayden White, causando alguma sensação na década de 1970, com o argumento de que obras de história literária são 'artefatos'.

Mesmo os indivíduos, tais como George Washington ou Louis XIV, são descritos como tendo sido "inventados" ou "fabricado" em seu próprio tempo, no sentido de que foi projetada uma poderosa imagem pública desses líderes por eles próprios e seus assistentes<sup>40</sup>. De uma forma que lembra a filosofia de Edmund Husserl, os historiadores estão cada vez mais inclinados a colocar entre a realidade suportes e a concentrar-se em representações<sup>41</sup>. Ou de uma forma, que lembra Michel Foucault, eles estendem a sua ideia do real para incluir o que é imaginário. De qualquer forma, estão cada vez mais fascinados com a história da percepção, mais especialmente pelas imagens dos outros'- como os europeus têm compreendido os americanos, como o Ocidente tem entendido o Oriente, como os ricos têm compreendido os pobres, os homens compreendido as mulheres, e assim por diante<sup>42</sup>.

Como resultado, a história escrita aproximou-se da ficção. Sendo um crítico literário considerado, Frank Kermode, já dizia na década de 1960. "A historiografia tem se tornado

uma disciplina mais tortuosa e duvidosa, porque o nosso reconhecimento e seus métodos dependem em um grau insuspeitado de mitos e ficções”<sup>43</sup>.

O que o contemporâneo escreveu sobre seu próprio tempo também foi moldado por formas literárias. Reivindicações deste tipo têm sido feitas por gerações de críticos literários em suas análises de autobiografias<sup>44</sup>. Assim como as autobiografias seguem o modelo das autobiografias mais recentes, também as descrições de estrangeiros, feitas por viajantes, devem tanto a textos anteriores sobre viagens como à Observação<sup>45</sup>. Mesmo nos arquivos encontramos ‘ficção’, como apontou Natalie Davis, não (ou não necessariamente) na forma de mentiras, mas de “elaboração de uma narrativa”, como no caso das histórias de violência do século XVI, na França, perpetradas e estabelecidas pelos advogados, na esperança de um perdão real<sup>46</sup>. Em outras palavras, ‘mito’ não é apenas um nome para a história ruim ou de histórias que os povos primitivos dizem a si mesmos. Mitos estruturam a experiência de todos<sup>47</sup>.

Não é de surpreender que a história da historiografia, estando na margem dos estudos históricos, se tenha tornado cada vez mais central nos últimos anos. De maneira semelhante, a antropologia e a sociologia, que ponderam, através de suas próprias crises, as questões de forma, textualidade e transparência da representação “também se tornaram assuntos de debate”<sup>48</sup>. Paralelamente a este debate histórico está, naturalmente, um debate filosófico sobre a natureza do conhecimento e da natureza da realidade, um debate que pode ser resumido na frase que o espelho “da natureza” é quebrado e que o que nós costumávamos chamar “realidade” agora parece ser uma representação<sup>49</sup>. Nesse caso, o trabalho de historiadores deve ser a representação de uma representação.

Muitos desses aspectos tinham sido observados antes. No entanto, no século XVII, algumas dúvidas específicas, mesmo as mais leves, podem-se adicionar a estas, por efeito cumulativo. Se falarmos de uma crise da ‘consciência histórica’ hoje, mais do que em vez de há uma geração atrás, é porque as dúvidas estão afetando áreas mais intelectuais (e evidentemente mais pessoas). O pote quente, há muito tempo latente, está agora fervendo.

Existe uma maneira de sair da crise hoje, tal como houve no século XVII século? Pode-se começar a responder a esta questão observando que, a maioria dos destes desafios vêm em versões leves (os historiadores estão mais perto dos romancistas do que se pensava) e versões extremas (a história é ficção) e assim por diante, e que as versões leves são muito mais persuasivas. É caso para argumentar que os historiadores não podem dizer toda a

verdade, outros defendem seu ideal de não dizer nada mais além da verdade, como a realidade do suporte e outra para negá-lo. Uma coisa é dizer que os historiadores criaram o sistema feudal, outra que criaram William, o Conquistador. Os críticos, por vezes, utilizam uma apreciação, que Ernest Gellner descreveu, uma vez, como o “pau de sebo”, que se desloca entre as reivindicações radicais e os argumentos, que apenas apoiam a posição mais moderada. Às vezes, eles contradizem-se, como no caso de Edward Said, que tentou demonstrar que “o Islã tem sido fundamentalmente deturpado no Ocidente”, e ao mesmo tempo, “se realmente pode haver uma verdadeira representação de qualquer coisa”<sup>50</sup>.

Para concluir. É provável que, como no século XVII, os historiadores tenham tido que codificar seus métodos e até mesmo a sua concepção da realidade, para responder eficazmente aos desafios colocados pelos filósofos e pelos críticos. Qualquer tentativa de resolver a crise, declarando que “a verdade está entre os dois extremos” “seria ao mesmo tempo demasiado vaga e demasiado dogmática”. De fato, é improvável que o caminho para sair da crise possa ser resumido em uma simples fórmula. Como a aplicação do método geométrico para a história, isto não seria uma saída, mas um beco sem saída. Na verdade, toda a oferta de uma lista de distinções foi precisamente para sugerir que desafios diferentes requerem respostas diferentes.

Na medida em que o assunto sobre os conceitos está em causa, os historiadores, conscientes das poucas escolhas, acabam por aceitar a crítica. Eles não desistem completamente de conceitos como a “renascença” ou “classe social”, não precisam apenas de escrevê-los, mas também de pensá-los entre aspas, em outras palavras, como construções.

No caso das representações, as distinções estão novamente atuais. Alguns trabalhos recentes têm demonstrado o poder de representações, o poder do imaginado, mas às vezes ignora a forma como audiências rejeitam algumas representações oferecidas na mídia. O conceito de “realidade”, apesar dos problemas filosóficos que levanta, continua indispensável para os historiadores no trabalho, como para todos nós em nossas vidas diárias.

Um estudo recente feito pelo autor na fabricação “de Louis XIV” tentou demonstrar ou, pelo menos, ilustrar a realidade das representações, por outras palavras, mostrar que os poemas e festivais e gravuras e estátuas e tapeçarias, no seu conjunto, afetou a maneira como o rei foi percebido na França e em outros lugares. No entanto, esta abordagem não implica a existência, ou mesmo a acessibilidade, de algo além dessas representações. Pelo contrário, as fontes deixam bem claro que muitos contemporâneos estavam cientes das discrepâncias entre

a imagem de um rei-herói e o comportamento quotidiano de Louis de Bourbon. Eles sabiam, por exemplo, que Louis usava salto alto, a fim de parecer mais real, enquanto intrigas afirmavam que o rei preferia o amor à guerra<sup>51</sup>. Ainda que a realidade não mediada seja inacessível para nós, deve pelo menos ser possível mostrar que algumas representações estão mais longe da realidade do que outras.

É, no entanto, a segunda crítica da historiografia tradicional, um dos pontos de vista, que tem, na prática mais imediata, consequências para a escrita da história. Neste campo, numa época em que as pessoas comuns, mulheres, colonizados e um número de grupos minoritários se tornaram mais visíveis e audíveis, a necessidade de representar múltiplos pontos de vista é particularmente importante. Os discursos aparelhados ou “antilogias”, encontrados em clássicos e historiadores renascentistas, como Tucídides, Tito Lívio, Poggio e Guicciardini, foram usados para executar esta função, apresentando argumentos a favor e contra uma decisão ou os objetivos de lados opostos duma guerra. Alguns romances do século XX, como Eyeless em Gaza de Aldous Huxley, The Sound and the Fury de William Faulkner ou Alexandria Quartet de Lawrence Durrell, com suas vozes diferentes, oferecem aos historiadores possíveis modelos para este tipo de representação. Mesmo na era de ‘gêneros turvos’, a maioria dos historiadores ainda exercem tal procedimento, pela mesma razão que antilogias e outros discursos foram rejeitados no século XVII, por outras palavras, dão a falsa impressão que os generais do passado ou os estadistas falaram literalmente as palavras que foram escritas pelos historiadores mais tarde.

Apesar de tudo, poderia muito bem valer a pena tentar encontrar substitutos para esta técnica, a fim de mostrar aos leitores que em grandes conflitos- como no caso da Guerra Civil Espanhola, por exemplo- os lados diferentes proporcionam diferentes definições da situação. Este aspecto não surge, por exemplo, com Hugh Thomas, na sua história da guerra, admiravelmente equilibrada e imparcial. O livro pode até ser criticado por ser demasiado imparcial e demasiado olímpico. Como resultado da posição do autor, colocado acima da batalha, se quisermos entender o conflito como anarquistas (digamos) ou carlistas, é necessário rever o conflito ou sendo historicamente tendencioso ou bastante romanceado, como L'Espoir de André Malraux, por um lado, ou Gilles de Drieu de la Rochelle, por outro. Não seria possível combinar equilíbrio com a representação de pontos de vista opostos?

Tal suposição subjacente em alguns estudos recentes de encontros entre culturas; Colombo e os caribes, Cortés e os astecas, e assim por diante, que tentam reconstruir a visão

dos 'vencidos, bem como a dos vencedores'. Um dos mais sutis destes estudos é um livro recente, de um antropólogo histórico, Richard Price, que toma a multiplicidade de pontos de vista e organiza seu trabalho em torno desta multiplicidade. Seu estudo *Alabi's World* reconstrói Suriname no século XVIII, por meio de uma análise dos registros deixados por administradores coloniais holandeses e missionários alemães da Morávia, completando-a com a história oral dos Saramacanos, a fim de descobrir seu ponto de vista. Seu livro está impresso em quatro tipos de caras, para deixar claro ao leitor qual a perspectiva em que está escrito determinado parágrafo - oficial, missionário, aramaka ou do próprio<sup>52</sup>.

Para reverter para a metáfora que os historiadores têm empregado, muitas vezes, nos últimos 500 anos, o caminho para sair da crise atual da consciência histórica pode até ser o de se declarar "culpado" de algumas das acusações contra a certeza histórica, mas alegar ser "inocente" de outras<sup>53</sup>. Poderíamos enriquecer a escrita histórica adotando algumas técnicas de escritores de romances, mantendo ao mesmo tempo a história como um gênero (ou melhor, um conjunto de gêneros), que é distinta da ficção. Sendo impossível evitar um determinado ponto de vista - ninguém está acima da batalha, o presente autor incluído - os historiadores poderiam muito bem dedicar mais esforço apresentando pontos de vista diferentes, a partir de seus próprios.

### Notes

1. Este artigo é uma versão revisada de uma palestra dada em Budapest, Cambridge, New York, Rotterdam (a conferência de Pierre Bayle em 1993) e São Paulo e gostaria de agradecer aos públicos dessas ocasiões por seus comentários e perguntas.
2. Ligota, Christopher R. This story is not true. Fact and Fiction in Antiquity. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 45 (1982), pp. 1–13
3. William Nelson. *Fact or Fiction: the Dilemma of the Renaissance Storyteller* (Cambridge, MA, 1973), 35-6.
4. Philip Sidney. *Defence of Poetry*, ed. Jan van Dorsten (Oxford 1973), 83.
5. Paul Hazard. *Crise de la conscience européenne, 1680-1715* (Paris, 1935); cf. Richard Popkin *The History of Scepticism from Erasmus to Descartes* (Assen, 1960); Peter Reill, *The German Enlightenment and the Rise of Historicism* (Berkeley, 1975).

6. René Descartes. Oeuvres (Paris, 1963), 574; cf Krzysztof Pomian, "Le cartésianisme, les érudits et l'histoire ", *Archiwum Historii Filozofii i Myśli Społecznej* 12 (1966), 175-204.
7. Meta Scheele. *Wissen und in der Glaube Geschichtswissenschaft* (Heidelberg, 1930); Carlo Borghero, *La la storia e certezza: cartesianesimo, pirronismo e conoscenza Storica* (Milão, 1983).
8. Gabriel Naudé. *Apologie* (Paris 1625), 18.
9. François La Mothe. *Le Vayer, Du peu de certeza qu'il ya dans l'histoire* (Paris, 1668); cf Vittorio I. Comparato, 'La Mothe dalla critica Storica al pirronismo ', em *Ricerche sulla Letteratura Libertina*, ed. Tullio Gregory (Florença, 1981) 259-80.
10. Pierre Bayle. *Critique générale de l'histoire du Calvinisme de M. de Maimbourg*, ("Villefranche", 1683), 13-18, 28-9; cf Gianfranco Cantelli, *Teologia e ateísmo* (Florença, 1969).
11. Voltaire. *Le de l'histoire pyrrhonisme* (Paris, 1769), ch.17, 54.
12. Anthony Grafton. *Forgers and Critics* (Princeton, 1990).
13. Jean Hardouin, *Prolegomena* (Amsterdam, 1729); cf Nicholas du Fresnoy Lenglet, *L'histoire justifiée contre les romans* (Paris, 1735); Scheele (1930), 54-9; Jean Sgard, 'Et si les modernes anciens étaient. . . , le système du P. Hardouin 'em *D'un siècle à l'autre: anciens et modernes*, ed. L. Godard (Marselha, 1987), 209-20.
14. Michele Sartori, 'L'incerteza dei primi secoli di Roma: il metodo storico nella prima metà del '700 ', in *Clio* 18 (1982), 7-35.
15. Gilbert Burnet, M. *Reflections on M. Varillas 's History of the Revolutions* (Londres, 1689), 6.
16. Citado Derek A. Watts. *Cardinal de Retz* (London, 1980), 55. o *Cardeal de Retz* (Londres, 1980), 55.
17. GW Leibniz, *Opuscules* (Paris, 1903), 225-6.
18. César de Saint-Réal, *Dom Carlos, nouvelle historique* (Paris 1672); G. Dulong, *L'abbé de St-Réal* (Paris, 1921), 337; Marie-Thérèse Hipp, *Mythes et Réalités; enquête sur le roman et les mémoires, 1660-1700* (Paris, 1976), 52-3.
19. Hipp (1976).
20. Hardouin (1729), 10, 156, 159; Sgard (1987), 211-2.
21. Judith Shklar. 'Jean D'Alembert and the Rehabilitation of History'. *Journal of the History of Ideas* 42 (1981), 643-64. 42 (1981), 643-64.

22. Pierre-Daniel Huet, *Demonstratio evangelica* (Paris, 1679), 12.
23. John Craig, 'Rules of Historical Evidence'(1699), reprinted *History & Theory Beiheft* 4.
24. Jean Mabillon, *De re diplomatica* (Paris, 1681).
25. Jean Leclerc, *Ars critica* (Amsterdam, 1697).
26. Scipione Maffei, *Ars critica lapidaria* (Verona, 1765).
27. Francis Haskell, *História e suas imagens* (New Haven e Londres, 1993).
28. Giambattista Vico, *Scienza Nuova* (Nápoles, 1744), as seções 28, 102, 125; cf Peter Burke, *Vico* (Oxford, 1985), 43-8, e Joseph Mali, *à reabilitação de Mito* (Cambridge, 1992), 136-211.
29. Scheele (1930); Borghero (1983).
30. Friedrich G. Bierling. *De pyrrhonismo historico* (Leipzig, 1724).
31. Richard Rorty. *Filosofia e o Espelho da Natureza* (Oxford, 1980).
32. Jean-François Lyotard. *La condição pós-moderna* (Paris, 1979).
33. Deborah Lipstadt. *Negar o Holocausto: The Assault on Truth Crescer e Memória* (Glencoe, 1993).
34. Mario Vargas Llosa. *Historia de Mayta* (Barcelona, 1984), 77.
35. Hayden V. Branco, *Metahistory* (Baltimore, 1973); id, *Trópicos do Discurso* (Baltimore, 1976).
36. Arnaldo Momigliano. "The Rhetoric of History and the History of Rhetoric", *Comparative Criticism*, 3 (1981), 259-68.
37. Eric Hobsbawm e Terence Ranger, eds. *The Invention of Tradition* (Cambridge, 1983).
38. Nicholas Shumway. *The Invention of Argentina* (Berkeley, 1991); Murray Pittock. *The Invention of Scotland* (Londres, 1991).
39. Patrick Joyce. *Visions of the People* (Cambridge, 1991); Ronald Inden, *Imagining Índia* (Chicago, 1992).
40. Paul K. Longmore. *The Invention of George Washington* (Berkeley, 1988); Peter Burke. *A Fabricação de Louis XIV* (New Haven e Londres, 1992).
41. Edmund Husserl. *Ideas: General Introduction to Pure Phenomenology* (1913; English trans. Londres 1931), 107ff.

42. Michel De Certeau. *L'écriture de l'histoire* (Paris, 1975); Edward Said, *Orientalismo* (Londres, 1978).
43. Frank Kermode. *The Sense of an Ending* (New York, 1967), 36.
44. William Y. Tindall. *John Bunyan, Preacher Mechanick* (New York, 1934); Roy Pascal. *Design and Truth in Autobiography* (Londres, 1960); Hipp (1976).
45. Mary Louise Pratt. *Imperial Eyes* (Londres, 1992).
46. Natalie Z. Davis. *Fiction in the Archives* (Cambridge, 1987), 3.
47. Raphael Samuel and Paul Thompson, eds. *The Myths We Live By* (London, 1990).
48. James Clifford and George Marcus. *Writing Culture* (Berkeley, 1986), 2; Clifford Geertz. *Works and Lives* (New York, 1988).
49. Rorty (1980).
50. Said (1978), 272.
51. Burke (1992).
52. Richard Price. *Alabi's World* (Baltimore, 1990).
53. Cf. Joyce Appleby, Lynn Hunt and Margaret Jacob. *Telling the Truth about History* (New York, 1994).
54. Cf. S. Mark Phillips. "Historiography and Genre: a more Modest Proposal", *Storia della Storiografia* 24 (1993), 119-32.